O Problema do Oportunismo
uma crítica materialista da política de esquerda

O oportunismo acompanha a história do movimento operário desde o momento em que suas organizações começaram a acumular patrimônio, influência, cargos, dirigentes profissionais e relações estáveis com as instituições da sociedade burguesa. Desde então, a palavra serviu para nomear recuos, acomodações, mudanças de posição, alianças circunstanciais e abandonos programáticos, muitas vezes como simples acusação entre correntes rivais. O problema, porém, começa onde a acusação termina. Se o oportunismo reaparece em épocas distintas, sob organizações distintas e entre indivíduos de trajetórias muito diferentes, sua explicação não pode se restringir ao caráter pessoal, à fraqueza moral ou incoerência de determinados dirigentes. Há condições sociais que favorecem esse comportamento, estruturas que o recompensam e aparelhos que fazem da adaptação política um princípio de sobrevivência.

Chama-se oportunista aquele que muda de posição por conveniência, aproxima-se de quem tem mais poder, abandona antigos compromissos, reivindica para si conquistas coletivas, escolhe cuidadosamente seus silêncios ou descobre novas convicções conforme as possibilidades oferecidas pela conjuntura. Essa acepção cotidiana identifica comportamentos reais, mas está presa à superfície do problema, pois concentra a análise na personalidade do indivíduo e deixa em segundo plano as relações sociais capazes de premiar determinadas condutas, organizar carreiras, selecionar dirigentes e produzir grupos especializados cuja existência depende da continuidade das instituições que administram. O oportunismo tem evidente dimensão subjetiva, já que indivíduos calculam, escolhem, omitem, recuam e negociam, porém sua persistência histórica indica algo muito mais profundo: existe uma estrutura social do oportunismo, uma rede de interesses materiais, posições institucionais e mecanismos de reprodução política que faz da adaptação uma possibilidade dentro das organizações construídas em nome dos trabalhadores.

A linguagem funciona então como cobertura política de decisões que obedecem a outras determinações. O indivíduo, o grupo ou a organização continuam reivindicando a mesma tradição, os mesmos símbolos e os mesmos objetivos históricos, enquanto reorganizam sua atividade segundo oportunidades concretas de crescimento, influência,

reconhecimento, acesso institucional ou preservação do próprio aparelho. Uma direção pode abandonar posições anteriores em nome da expansão de seu partido, de sua corrente ou do controle de determinado aparato sindical, apresentando esse movimento como fortalecimento da organização dos trabalhadores. O interesse do dirigente oportunista pode estar muito menos ligado ao sindicato enquanto espaço de organização coletiva e muito mais ao controle dos recursos que garantem sua permanência na direção.

Finanças e comunicação têm, nesse processo, importância estratégica; quem controla o orçamento controla a distribuição material das possibilidades políticas; quem controla os meios de comunicação controla a narrativa interna, a visibilidade das correntes, a relação com a base e a construção pública da legitimidade da direção. A disputa pelo aparato sindical concentra-se, assim, em pontos nos quais poder econômico, poder informacional e poder organizativo se encontram.

O oportunismo dificilmente se apresenta como abandono declarado de princípios. Em muitos casos, ocorre o contrário: quanto maior a adaptação prática, mais enfática pode ser a reafirmação verbal das antigas convicções. O oportunismo pode se manifestar revestido de disciplina, lealdade e compromisso com a organização. A questão central é outra: até que ponto a preservação e o crescimento do coletivo continuam subordinados aos fins históricos que justificaram sua existência, e em que momento o aparelho começa a definir os limites do que pode ser pensado, dito e feito?

A história do movimento socialista é um laboratório para esse problema. Ao final do século XIX, a expansão das organizações operárias europeias deram origem a estruturas até então inéditas: partidos de massas, sindicatos nacionais, jornais, cooperativas, associações culturais, grupos parlamentares, editoras, escolas e uma extensa camada de funcionários responsáveis por administrar esse conjunto, que ao se consolidar ampliava o raio de intervenção do movimento operário e criava novas condições para sua presença na vida política, sindical e cultural. A classe trabalhadora conquistara meios poderosos de organização, mas essas conquistas produziram uma nova contradição. Quanto maior o patrimônio institucional acumulado, maior o interesse de determinados setores em preservá-lo e controla-lo.

A organização concebida como instrumento da luta social podia ter interesses próprios, rotinas próprias, hierarquias próprias e critérios específicos de sobrevivência. A derrota eleitoral, a ilegalidade do partido, a repressão estatal ou uma ofensiva

revolucionária malograda deixavam então de representar apenas problemas políticos para os trabalhadores e afetavam diretamente salários, carreiras, mandatos, jornais, sedes, sindicatos e posições ocupadas por milhares de profissionais vinculados ao aparelho.

Eduard Bernstein não inventou sozinho uma tendência reformista que posteriormente contaminaria a social-democracia alemã; sua elaboração teórica sistematizou mudanças já presentes na prática cotidiana de parcelas significativas do movimento operário. A expectativa revolucionária cedia espaço à administração progressiva das conquistas obtidas dentro da sociedade burguesa, enquanto o crescimento eleitoral, a legalidade sindical e a integração parlamentar criavam a sensação de que o socialismo poderia resultar de uma acumulação contínua de reformas. Rosa Luxemburgo percebeu o núcleo dessa transformação ao discutir a relação entre reforma social e revolução. A questão fundamental estava no horizonte histórico que comandava cada luta. Reformas podiam integrar a luta socialista enquanto momentos de organização, experiência e expansão da capacidade política dos trabalhadores; elevadas à condição de estratégia final, inseriam o movimento operário no circuito de reprodução da sociedade que pretendia superar.

Essa distinção continua essencial porque impede uma utilização infantil do conceito de oportunismo. Participar de uma eleição, negociar determinada reivindicação, realizar uma aliança circunstancial, recuar diante de uma correlação de forças desfavorável ou conquistar uma melhoria imediata não define por si só uma política oportunista. O critério precisa ser buscado na relação entre essas decisões e a autonomia histórica dos trabalhadores. Uma concessão que amplia a capacidade de organização independente tem conteúdo diverso de uma concessão que fortalece burocracias especializadas; uma vitória eleitoral que estimula a autoatividade popular produz efeitos diferentes de uma campanha que concentra toda a energia social na ascensão de representantes profissionais; uma estrutura comunicacional organizada para difundir experiências de luta produz implicações distintas de outra no qual o êxito depende da transformação do público em audiência eleitoral. O oportunismo ganha consistência política quando o ganho imediato prevalece sobre a construção da capacidade autônoma da classe e, sobretudo, quando a sobrevivência do aparelho organiza os limites dentro dos quais a política pode existir.

A crise de 1914 escancarou dramaticamente o resultado possível dessa longa integração. O apoio de grande parte da social-democracia europeia aos respectivos Estados nacionais durante a Primeira Guerra Mundial demonstrou que décadas de crescimento organizativo conviviam com a adaptação às estruturas políticas nacionais. Partidos que haviam construído sua legitimidade sob a bandeira do internacionalismo proletário aceitaram créditos de guerra e apoiaram governos responsáveis por enviar trabalhadores europeus aos campos de batalha contra outros trabalhadores. A Segunda Internacional entrou em colapso diante da guerra. A solidariedade internacional da classe encontrou organizações materialmente integradas às sociedades nacionais em que haviam conquistado influência, patrimônio, legalidade e representação parlamentar.

Lênin interpretou esse processo por meio de uma teoria que relacionava oportunismo, imperialismo e diferenciações internas da classe trabalhadora. Sua hipótese sobre a aristocracia operária buscava compreender como parcelas relativamente privilegiadas do proletariado dos países imperialistas podiam fornecer uma base social para dirigentes reformistas e políticas de conciliação. Independentemente das controvérsias posteriores acerca dessa formulação, há ali uma intuição materialista relevante: ideias políticas persistentes precisam ser relacionadas a interesses, instituições e posições sociais capazes de reproduzi-las. O reformismo deixa então de aparecer como simples erro intelectual tendo bases sociais, agentes especializados, recompensas e estruturas próprias de conservação. Pannekoek radicalizou outro aspecto dessa crítica ao concentrar atenção na separação entre a atividade autônoma dos trabalhadores e os aparelhos que pretendem representá-los. Sua reflexão acerca dos partidos aponta para um paradoxo recorrente na história das organizações revolucionárias: estruturas criadas para favorecer a ação coletiva podem ser centros de autoridade e, a partir daí, atuar segundo necessidades derivadas da existência institucional. A organização profissional acumula especialistas, dirigentes, imprensa, recursos, patrimônio, reputação e disciplina interna; pouco a pouco, a preservação desse conjunto pode ter prioridade sobre experiências sociais imprevisíveis que escapam ao controle da direção. A classe é vista então como massa a ser orientada, educada, convocada, mobilizada e representada, enquanto uma camada especializada monopoliza elaboração estratégica, discurso público e decisão política.

O oportunismo revela aqui uma de suas características centrais: a autonomização dos meios políticos diante dos fins históricos que lhes haviam conferido sentido. O partido precisa crescer porque precisa crescer; o mandato precisa ser preservado porque sua perda enfraqueceria o partido; a eleição seguinte organiza as decisões da eleição atual; o sindicato precisa conservar patrimônio e reconhecimento legal; o comunicador precisa ampliar audiência; o intelectual precisa preservar acesso aos circuitos editoriais; o dirigente precisa conservar relações que asseguram sua posição; a organização precisa evitar determinadas rupturas porque poderia perder aliados, recursos, espaço midiático ou reconhecimento institucional. Cada decisão isolada tem uma justificativa plausível. O resultado acumulado dessas decisões produz uma política permanentemente subordinada à continuidade das mediações existentes. Existe, portanto, uma economia política do oportunismo. Prestígio, dinheiro, cargos, circulação, relações, capital cultural e acesso institucional são recursos distribuídos desigualmente dentro da esquerda. Aqueles que controlam organizações, mandatos, sindicatos, editoras, universidades, veículos de comunicação ou canais com grande audiência ocupam posições capazes de influenciar quais temas recebem atenção, quais intelectuais ganham visibilidade, quais militantes recebem recursos, quais iniciativas encontram apoio e quais conflitos são classificados como legítimos ou irresponsáveis. A luta política interna envolve a disputa entre ideias e programas, mas também o controle das condições materiais que determinam sua circulação e seu alcance.

Essa dimensão torna mais evidente a impressionante capacidade de sobrevivência do oportunismo. Uma doutrina pode ser refutada teoricamente e ainda conservar vitalidade prática caso esteja vinculada a instituições que remuneram seus agentes e reproduzem suas posições. O argumento correto tem pouca força diante de uma estrutura que dispõe de salários, máquinas partidárias, redes de influência, assessorias, fundos públicos, sindicatos, gabinetes, editoras, institutos, universidades, produtoras, plataformas digitais e relações consolidadas com setores do Estado. A crítica do oportunismo precisa, portanto, investigar a sociologia das organizações e a economia material da política, pois nenhuma batalha teórica se resolve exclusivamente no domínio das ideias.

O capitalismo digital acrescentou novas mediações a esse problema. A figura clássica do funcionário partidário encontrou equivalentes no comunicador profissional, no influenciador político, no produtor de conteúdo e no intelectual que para sobreviver

depende da circulação dentro das plataformas. O algoritmo instituiu critérios cada vez mais precisos de reconhecimento, subordinando a visibilidade política às métricas de circulação e engajamento das plataformas A política radical entrou nesse circuito com velocidade. Canais que se apresentam como espaços de educação política também formam marcas pessoais; comunicadores que criticam a sociedade do espetáculo disputam atenção dentro dela; organizações que reivindicam a emancipação dos trabalhadores constroem bancadas digitais concentradas em personalidades que dependem da exposição continuada de seus nomes para acumular capital político.

O reformismo digital pode ser compreendido como uma etapa recente dessa história. A audiência é um patrimônio político acumulável e monetizável, capaz de alimentar uma verdadeira máquina econômica de comunicação. Canais de grande porte dependem de recursos para equipe, edição, equipamentos, estúdios, deslocamentos, publicidade, infraestrutura técnica e manutenção cotidiana, enquanto a visibilidade produz novas fontes de receita, contratos, assinaturas, eventos e oportunidades profissionais. Quanto maior a audiência, maior tende a ser também a capacidade de captar dinheiro e reinvesti-lo na ampliação da presença pública, criando um circuito em que prestígio, visibilidade e recursos financeiros se reforçam mutuamente.

A antiga relação entre partido, jornal e eleitorado recebe uma nova arquitetura técnica, muito mais personalizada, instantânea e mensurável. O comunicador ocupa uma posição poderosa, pois administra simultaneamente discurso, audiência e reputação; sua imagem pessoal é parte central do ativo político que controla. Nesse contexto, a crítica revolucionária corre o risco de participar da mesma economia de atenção que afirma combater, enquanto a radicalidade discursiva pode coexistir com práticas adaptadas ao modelo normativo e esse ponto precisa ser tratado com cuidado, pois a retórica radical não fornece um critério seguro para avaliar o conteúdo de uma política. Um discurso pode defender revolução, ruptura, poder popular e socialismo enquanto toda a prática concreta do grupo se estrutura organizada pelas eleições, mandatos e expansão de sua influência institucional. A distância entre discurso e prática é um dos espaços privilegiados do oportunismo contemporâneo. Quanto mais revolucionário o vocabulário, maior pode ser sua utilidade competitiva dentro de determinados nichos políticos, sobretudo em ambientes digitais nos quais radicalidade também funciona como identidade de marca e mecanismo de diferenciação.

O oportunista contemporâneo, portanto, não precisa ser moderado. Ele pode apresentar-se como o mais radical de todos, denunciar continuamente a conciliação, atacar adversários pela direita, invocar revoluções históricas, reivindicar dirigentes comunistas e falar diariamente em organização popular. A questão decisiva reside no destino social de sua atividade: que relações sua prática fortalece, quais sujeitos assumem capacidade própria de decisão, quem controla os recursos produzidos, onde se concentra o prestígio acumulado, quais estruturas permanecem depois das mobilizações, quem define prioridades e qual grau de dependência existe entre a coletividade e seus representantes? Essas perguntas formam um critério material muito mais rigoroso do que a simples comparação entre discursos.

O problema do oportunismo desemboca, assim, no problema da emancipação. Marx registrou na Associação Internacional dos Trabalhadores uma proposição cuja radicalidade continua intacta: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Essa frase contém uma teoria da política. Se a emancipação é uma atividade própria da classe, qualquer organização precisa ser avaliada segundo sua contribuição para essa capacidade autônoma. Partidos, sindicatos, coletivos, veículos de comunicação, intelectuais e dirigentes entram no problema como instrumentos historicamente determinados, sujeitos à crítica e subordinados à autoatividade daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Toda estrutura que substitui essa atividade por representação cria condições favoráveis à constituição de interesses particulares dentro do movimento. É por isso que o oportunismo deve ser estudado para além da denúncia moral. Sua anatomia revela um conflito entre emancipação e representação, entre autonomia e tutela, atividade coletiva e especialização política, entre necessidades históricas da classe trabalhadora e interesses particulares dos aparelhos que falam em seu nome. Quanto mais complexa se apresenta uma sociedade capitalista, maior é a quantidade de posições intermediárias disponíveis para aqueles que fazem da política uma profissão. O parlamentar, o assessor, o sindicalista profissional, o intelectual institucional, o dirigente partidário e o comunicador digital pertencem a universos distintos, mas todos podem ocupar posições nas quais a reprodução de sua atividade depende da conservação das mediações que administram.

A crítica do oportunismo investiga a transformação da representação em poder separado, da organização em finalidade autônoma, da comunicação em capital político e da militância em carreira. Investiga também o processo pelo qual derrotas históricas

podem ser administradas como vitórias institucionais, pois uma classe pode perder capacidade política enquanto seus representantes conquistam cargos, votos, seguidores, financiamento e prestígio, estando aí uma das grandes tragédias da esquerda contemporânea: organizações podem crescer dentro de uma sociedade enquanto o poder social dos trabalhadores diminui. A expansão do aparelho e o fortalecimento da classe pertencem a ordens distintas e, em determinadas circunstâncias, podem caminhar em direções opostas.

Compreender o oportunismo significa, portanto, investigar quem ganha poder quando a esquerda cresce, quem controla os recursos produzidos pela mobilização coletiva, quais relações sociais permanecem depois das campanhas, quais estruturas independentes os trabalhadores possuem e até que ponto a política continua subordinada aos calendários, instituições e mecanismos de reconhecimento do Estado e do mercado. A partir dessas perguntas, o oportunismo deixa de ser um insulto e assume a condição de categoria para compreender a história das derrotas do movimento operário, das burocracias que administraram essas derrotas e das novas elites políticas que aprenderam a falar em nome da emancipação enquanto constroem sua reprodução social.

Arthur Moura